

IDEB 2017 de Petrópolis–RJ vs. escolas de tempo integral e as políticas públicas indutoras de tempo integral na consecução da meta 6 do PNE

IDEB 2017 of Petropolis–RJ vs. full-time schools and public policies inducing full-time in archieving PNE goal 6

Cintia Chung Marques Corrêa*
Fábio de Souza e Silva**

Resumo

Este artigo tem por finalidade apresentar uma reflexão acerca da possível relação existente entre a educação de tempo integral e os resultados do IDEB. Apresenta como objetivo compreender se houve melhoria no desempenho das escolas que funcionam em tempo integral e se o Programa Mais Educação (PME) contribuiu para esse possível ganho e teve influência no atingimento da meta 6 do PNE. A pesquisa de caráter qualitativo utilizou, como metodologia, a análise de dados retirados do Observatório Nacional do PNE, do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do sítio da Prefeitura de Petrópolis e notícias veiculadas nas mídias digitais da cidade. Utilizamos o conceito de Educação de Tempo Integral apresentado por Cavaliere (2009) e Gonçalves (2006) e os estudos sobre as políticas implementadas pelo Governo Federal para ampliação do tempo dos alunos nas escolas. Concluímos que ainda falta entendimento sobre como implementar a Educação de Tempo Integral nas escolas e que o município pesquisado ainda não propôs ações para atender a meta 6 do PNE.

Palavras-chave: Educação de tempo integral. Plano Nacional de Educação. IDEB.

* Doutora em Educação; Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e coordenadora do curso de Pedagogia da Universidade Católica de Petrópolis, Brasil; Email: cintia.chung@ucp.br

** Mestrando da Universidade Católica de Petrópolis; Email: fabiodessilva@hotmail.com

Abstract

This article aims to present a reflection on the possible relationship between full-time education and the results of IDEB. It aims to understand if there has been an improvement in the performance of schools that work full time and if the Mais Educação Program (PME) contributed to this possible gain and had an influence in reaching the goal 6 of the PNE. The qualitative research used, as a methodology, the analysis of data taken from the National Observatory of the PNE, from the National Institute of Educational Research Anísio Teixeira (INEP), from the Petrópolis City Hall website and news from the city's digital media. We use the concept of Full Time Education presented by Cavaliere (2009) and Gonçalves (2006) and studies on the policies implemented by the Federal Government to increase the time of students in schools. We conclude that there is still a lack of understanding on how to implement Full Time Education in schools and that the researched municipality has not yet proposed actions to meet goal 6 of the PNE.

Keywords: Full-time education. National Education Plan. IDEB.

Introdução

No Brasil, desde que foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em 1991, com o objetivo de monitorar e diagnosticar a qualidade da educação básica nas regiões geográficas e nos estados brasileiros, esses índices foram utilizados para acompanhar a evolução da educação no país. A fim de aumentar o conteúdo informacional da avaliação e suas consequências sobre as escolas, foi implementada, a partir de 2005, a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC – conhecida pelo nome fantasia “Prova Brasil”⁴), que permite agregar à perspectiva diagnóstica a noção de responsabilização. Em 2007, os resultados da Prova Brasil passaram a integrar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que se tornou referência para a definição de metas a serem alcançadas, gradualmente, pelas redes públicas de ensino até 2024 em consonância com

⁴De acordo com informações do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019, as siglas ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), ANEB ([Avaliação Nacional da Educação Básica](#)) e ANRESC (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar/Prova Brasil) deixarão de existir e todas as avaliações passarão a ser identificadas pelo nome SAEB, acompanhado das etapas, áreas de conhecimento e tipos de instrumentos envolvidos. As aplicações se concentrarão nos anos ímpares e a divulgação dos resultados, nos anos pares.

o Plano Nacional de Educação (PNE). O IDEB reúne as taxas de aprovação, reprovação e abandono, coletadas pelo Censo Escolar, e o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática, avaliado pelo SAEB, para os municípios, as unidades da federação e o país, por meio da Prova Brasil. Os resultados da Prova Brasil passaram a ser amplamente divulgados e, de alguma forma, usados para impulsionar os 5.570 municípios do país (IBGE/2018) para que alcancem as metas projetadas para cada um deles. Hoje esse índice é o principal indicador adotado pelo Governo Federal para traçar as metas educacionais do país. A cada dois anos, essa avaliação acontece e os resultados são disponibilizados para que possam ser feitas análises sobre a situação da educação pública nas redes estaduais e municipais, públicas e privadas.

Em nosso caso particular, os dados do IDEB analisados são da prefeitura de Petrópolis-RJ em 2017, com o objetivo de buscar respostas à questão da educação em tempo integral nos últimos dez anos, se houve ganho no desempenho das escolas que funcionam em tempo integral e se o Programa Mais Educação (PME) contribuiu para esse possível avanço e teve influência no atingimento da meta 6 do PNE.

A pesquisa de caráter qualitativo utilizou, como metodologia para seu desenvolvimento, a análise de dados retirados da internet e, para isto, lançamos mão de dados do Observatório Nacional do PNE, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), dados do sítio da Prefeitura de Petrópolis e notícias veiculadas nas mídias digitais da cidade.

O artigo está dividido em duas seções. Na primeira, apresentamos o entendimento sobre educação de tempo integral e sua possível relação com a melhoria do desempenho dos alunos, na segunda, a análise dos dados observados nos sítios citados para que a meta 6 do PNE fosse alcançada.

Educação de tempo integral e o desempenho dos alunos

A educação de tempo integral, ou a ampliação do tempo diário de permanência das crianças na escola é, no entendimento de Cavaliere (2009,

p. 51), “o período em que crianças e adolescentes ficam sob a responsabilidade da escola, dentro ou fora de suas dependências”. Essa ampliação está prevista no texto da LDBEN (Lei 9.394/96) em seu artigo 34, parágrafo 2º. Dentro do contexto da ampliação do tempo diário da criança na escola, da formação do aluno com todas as suas potencialidades e da estrutura como as ETI são projetadas, a mesma autora cita diversas concepções sobre o que seria essa educação de tempo ampliado.

Em diálogo com essa concepção teórica de Cavaliere, podemos nos apoiar também em Gonçalves (2006, p. 131):

Uma escola com educação de tempo integral considera a questão da variável tempo - a ampliação da jornada escolar - e a variável espaço - colocada aqui com o próprio espaço da escola. Cabe ressaltar que a concepção de educação integral que deve estar como pano de fundo para fundamentar sua execução, seja na ampliação da jornada escolar, seja na articulação da escola com outros espaços públicos ou instalações, é que “a perspectiva de que o horário expandido represente uma ampliação de oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras”.

Compreendemos que o tempo e o espaço adequados são elementos que devem andar juntos numa escola de tempo integral. Os alunos que têm a oportunidade de dispor desses espaços com instalações específicas para que eles vivenciem as experiências de aprendizagem, e tendo o tempo adequado para que essas experiências sejam internalizadas por eles, têm muito mais chance de sucesso no seu desenvolvimento pleno do que as crianças que necessitam sair da escola para poderem ter as mesmas experiências. O projeto pedagógico para a escola de tempo integral deve privilegiar os espaços adequados intramuros. Os espaços externos, instalações públicas ou particulares, carecem de serem inseridas no projeto pedagógico de cada unidade que se utilizará delas, e cabe um controle sobre o desempenho dos alunos e eficácia nas vivências de aprendizagens nesses ambientes, dando um retorno à unidade de origem dos alunos.

As propostas de Educação de Tempo Integral em nosso país remontam ao ano de 1920, com as ideias escolanovistas. Muitos programas e projetos foram desenvolvidos pelos Estados e Municípios. Neste texto, nos ateremos as políticas implementadas a partir de 2007, especificamente por meio do Programa Mais Educação.

O Programa Mais Educação vigorou entre 2007 e 2016 e foi uma das maiores políticas públicas de Estado em alcance e recursos, e foi concretizado como um dos objetivos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e a principal ação indutora para a consolidação da educação integral no país. O documento “Planejando a Próxima Década” cita o parágrafo 1º do Decreto nº 7.083 de 27/01/2010, que dispõe sobre o Programa Mais Educação e define que Educação de Tempo Integral é, no mínimo, uma jornada com duração igual ou superior a 7 (sete) horas diárias, durante todo o período letivo. No portal do Programa Mais Educação (seed.se.gov.br), encontramos a seguinte redação:

O Programa Mais Educação instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral.

Em 2016, sob o governo de Michel Temer⁵ (Movimento Democrático Brasileiro – MDB), o Programa Mais Educação foi substituído pelo programa “Novo Mais Educação” (PNME). Embora os dois sejam planos de ampliação da jornada escolar, a concepção de ETI que trazem é divergente.

Criado em 2007, no governo Lula (PT), o programa tinha como foco a ampliação da jornada escolar e a reorganização curricular, visando uma educação integral com uma proposta pedagógica que aproxima áreas do saber com cidadania, meio ambiente, direitos humanos, cultura, artes, saúde e educação econômica.

⁵ Apresentaremos na seção seguinte, os detalhes do Programa Novo Mais Educação.

A oferta foi feita nas escolas públicas que deveriam estar de acordo com alguns critérios específicos e um mínimo de estrutura para receber o programa. Baseava-se em atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos que abrangiam o acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura, educomunicação, educação científica e educação econômica. Segundo informado no sítio do Centro de Referências em Educação Integral, em 2015 o programa possuía quase 51440 escolas inscritas, nos 26 estados e Distrito Federal.

Por meio do exposto, compreendemos que as atividades organizadas pelos Estados e Municípios e que estivessem vinculadas ao Programa Mais Educação deveriam estar voltadas para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem. A ampliação do tempo de permanência na escola e a oferta de atividades que levassem os alunos a desenvolverem habilidades de cunho cultural, pessoal e atitudinal poderiam contribuir para o seu desenvolvimento cognitivo, de acordo com a proposta curricular de cada escola. Entendemos que a ampliação do tempo escolar dos alunos não deve estar, exclusivamente, organizado com atividades pedagógicas, mas sim com atividades voltadas para o esporte, o meio ambiente, a cidadania e a cultura.

Acreditamos que numa escola de tempo integral, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são base para uma educação integral, buscando as intercessões entre as diversas disciplinas e, também, junto às atividades diversificadas, fazendo com que o aprendizado não seja fracionado, composto de diversos estímulos vindos de experiências diferentes, que comporão o conhecimento de forma ampla e abrangente.

Apesar da necessidade que vimos constatando de integração entre as disciplinas, a realidade do ensino no Brasil, em todos os níveis, é a convivência cotidiana com uma organização de ensino fragmentada e desarticulada, em que os currículos escolares são constituídos por compartimentos estanques e incomunicáveis, que produzem uma formação humana insuficiente para o enfrentamento das práticas sociais que exigem formação mais crítica e competente. Esse caráter fragmentado e desarticulado tem origem na exigência material de formação dos indivíduos

que a sociedade moderna, com suas formas de organização social, impôs às instituições educacionais, inclusive à escola, em todos os níveis.

Mais do que ampliar a jornada diária, é preciso que a proposta pedagógica diga o que fazer com o tempo a mais, como utilizar de forma competente os espaços destinados às experiências de aprendizagem. É preciso qualificar o tempo, oferecendo diversidade de conteúdos ligados à arte, à cultura, às modalidades esportivas e à ludicidade, flexibilizando os tempos e promovendo novos agrupamentos de alunos por meio do trabalho com oficinas e projetos. O tempo e o espaço não podem ser desvinculados. É contraproducente uma grade curricular que mantenha os alunos presos na mesma sala de aula por longo tempo, sem aproveitar a riqueza de experiências educativas em outros espaços. Esses espaços, por exemplo, a sala de leitura, a biblioteca, a sala de informática educativa, o refeitório, a quadra esportiva e as áreas externas da escola, são, sim, espaços educativos e devem ser utilizados como locais de aprendizagem.

A meta 6 do Plano Nacional de Educação e análise dos dados coletados sobre a Educação de Tempo Integral

No ano de 2014, a Lei 13.005/2014 institui o Plano Nacional de Educação. Neste Plano, a meta 6 (seis) continua sendo sobre educação em tempo integral, mas com uma nova redação:

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica (MEC/SASE, 2014, p. 28).

Ao olharmos atentamente essas metas podemos perceber que, para que elas sejam efetivadas, é necessário, não só o apoio do Governo Federal, mas, também, que os municípios façam sua parte sancionando seus Planos Municipais de Educação, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional

de Educação e que, antes de iniciarem a implementação dos programas de educação em tempo integral, consolidem o acesso e permanência na escola de todas as crianças na faixa etária de 3 aos 17 anos, pois, sem isso, seria uma grande incoerência se fazer valer da tentativa de consolidar a meta 6.

Com base nas informações até aqui apresentadas e os dados coletados em nossa investigação, passamos a analisar os números da cidade de Petrópolis com o objetivo de buscar se houve melhora no desempenho das escolas de tempo integral (ETIs) que participam ou participaram do Programa Mais Educação, através do IDEB 2017 e se a meta 6 do Plano Nacional de Educação foi atingida. Apresentamos, a seguir os dados observados seguidos de análise.

Tabela 1 – Porcentagem de matrículas na rede pública em tempo Integral na Educação Básica

Ano	Ensino Fundamental / Anos Iniciais / Rede			
	Pública		Privada	
2011	10,6%	2.062	2,1%	93
2012	27,1%	4.935	1,7%	83
2013	28,4%	4.883	0,9%	45
2014	31%	5.128	3,7%	194
2015	15,6%	2.512	3,2%	168
2016	8,8%	1.373	0,7%	38
2017	5,7%	873	1%	54
Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação				

Fonte: Observatório do PNE, 2015.

Tabela 2 – Porcentagem de escolas públicas da Educação Básica com matrículas em tempo integral

Ensino Fundamental / Anos Iniciais / Rede				
Ano	Pública		Privada	
2011	29%	31	2,2%	1
2012	53,4%	55	2%	1
2013	58,8%	60	1,8%	1
2014	70,3%	71	3,6%	2
2015	39,6%	40	3,5%	2
2016	25,5%	25	3,7%	2
2017	14,4%	14	3,5%	2
Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação				

Fonte: Observatório do PNE, 2015.

Destacamos os anos de 2016 e 2017, que são os anos em que o Governo Federal substituiu o Programa Mais Educação pelo Programa Novo Mais Educação, e, durante a transição, o repasse de recursos foi interrompido, fazendo com que as escolas suspendessem o atendimento no programa e, conseqüentemente, as matrículas nas escolas que se identificavam como sendo de tempo integral – mostrando a fragilidade da estrutura dessas escolas que dependiam, quase que exclusivamente, do repasse de verbas federais. No ano de 2015, com a mudança no Governo Federal – posse interina do presidente Michel Temer –, as diretrizes para a educação em tempo integral também foram modificadas, levando em consideração o desempenho fraco nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e o não atingimento das metas propostas pelo IDEB daquele ano. Com isso, o Programa Mais Educação foi substituído pelo Programa Novo

Mais Educação, com um foco instrucionista enfatizando mais o conhecimento necessário à melhoria dos resultados nas avaliações do SAEB.

Os municípios tiveram que fazer nova adesão ao programa e também um novo plano de atendimento, para, ao ser aprovado, receber as verbas para a execução do mesmo – fato que demorou a ocorrer devido à crise que se abateu em todo o país. O Programa Novo Mais Educação teve início efetivamente em 2018, e só teremos resultados de seu sucesso, ou não, a partir de 2019, também na perspectiva de se o novo Governo Federal – que será instaurado no próximo ano – manterá ou modificará todo o pensamento ideológico em que se está pautada a educação em tempo integral no país.

Para analisarmos o desempenho das Escolas de Tempo Integral na cidade de Petrópolis, sob a luz do IDEB 2017, seria necessário que as informações sobre a educação municipal estivessem disponíveis para acesso público, mas os dados que obtivemos não são conclusivos, pois os sítios oficiais não trazem esses dados, nos baseando apenas nas notícias do sítio da Prefeitura de Petrópolis e sítios jornalísticos.

Segundo notícia veiculada no sítio do jornal “O DIA” em 15 de novembro de 2017, a prefeitura de Petrópolis, através de sua Secretaria de Educação, ampliaria o número de escolas em tempo integral no ano de 2018. Segundo o texto, até 2017, eram apenas 4 (quatro) unidades, atendendo a um total de **504 alunos**. Com a nova medida, foram contemplados outros **461 alunos**, estudantes da Educação Infantil (do 4º e 5º períodos) e do Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º anos).

Esses novos alunos ficariam assim divididos: 107 na escola Gunnar Vingren (Valparaíso), 130 na Anna Mohamed (Boening), 100 na escola Abelardo de Lamare (Caxambu), 67 na Dom Pedro Alcântara (BR-040) e 57 da Soroptimista (Mosela), perfazendo, assim, os 461 estudantes que, somados aos 504 já atendidos, totalizarão **965 alunos** atendidos em escolas de tempo integral.

Com base no Plano Nacional de Educação (2014–2024), até 2025, **50%** das escolas públicas deverão estar funcionando no regime de tempo integral e, segundo fonte jornalística, a cidade possui **115** unidades escolares (UEs), dessas, contam com atendimento integral, além das cinco

citadas no texto acima, as escolas Padre Quinha, Leonardo Boff, Nilton São Tiago e comunidade São Jorge, totalizando **9** (nove) escolas de tempo integral. Levando-se em consideração a informação da existência de 115 UEs na cidade, o sistema estaria cobrindo apenas **8%** (oito por cento) das escolas com o tempo integral, não atendendo ainda a meta 6 do PNE.

Durante a pesquisa para se verificar o IDEB das escolas citadas, não obtivemos no sítio da Prefeitura dados estatísticos, apenas notícias de divulgação.

Em 22 de janeiro de 2018, o sítio oficial da cidade divulga uma notícia em que os dados iniciais da pesquisa entram em conflito. São eles: **8** escolas estariam iniciando o ano letivo de 2018 com educação de tempo integral, contrariando a fonte inicial que relata **9**. Segundo, que a Rede estaria atendendo mais de **800 alunos** nesse sistema, enquanto inicialmente seriam **965**. O texto afirma também que a cidade possui **184** UEs, contradizendo as **115** iniciais. E que, com as “novas” escolas, serão “**mais**” **800** alunos em tempo integral, que somados aos **já “atendidos” 500** alunos, totalizariam **1300** alunos em tempo integral em **12** escolas.

Se o cálculo do atingimento da meta 6 for feito a partir dessas informações teríamos, então, uma rede de **184** escolas, das quais **12** (doze) de tempo integral atendendo **1300** alunos, que perfariam **6,6%** da rede contemplando o horário integral, não cumprindo a meta.

Levando em consideração que a meta 6 fala de educação básica – que engloba a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio –, que as crianças matriculadas em creche geralmente estão em horário integral, e que o município possui uma escola de ensino médio, os cálculos mostrariam uma outra realidade, já que em seu Plano Municipal de Educação diz ter 11270 alunos atendidos em tempo integral e oferecer essa modalidade em 70% da Rede Pública, atingindo 24% dos alunos matriculados, alcançando assim a meta 6. Mas estamos focando nas escolas que atendem ao Fundamental I e a algumas turmas de Educação Infantil.

Buscando diminuir as inconsistências, conseguimos identificar onze, e não doze escolas como afirmado pela Secretaria de Educação no sítio da Prefeitura. Existem diferenças entre a informação oficial originária, via

notícias informativas da Prefeitura, e os dados obtidos nos sítios oficiais como o INEP. Para ser o mais fidedigno possível, o trabalho focou nos dados do Observatório Nacional do PNE e nos dados do MEC/INEP/IDEB.

Passamos a analisar os resultados do IDEB dessas doze escolas nos últimos 10 anos, a identificar se elas participam ou não do PME/PNME e se houve melhoria do desempenho no período.

Tabela 3 – Relação das escolas de tempo integral do município de Petrópolis, RJ – 2018

Escolas	Matrículas	Matrículas em TI		IDEB 2013	IDEB 2015	IDEB 2017	Meta projetada 2017
		PMP	INEP				
São João Batista	-	-	-	-	-	-	-
Comunidade São Jorge	-	-	-	-	-	-	-
Nilton São Tiago	547	100	152	-	-	5,5	-
Leonardo Boff	-	-	-	-	-	-	-
Santo Antônio (Pe. Quinha)	166	-	166	-	6,2	5,8	6,4
Gunnar Vingren	276	107	-	4,5	4,3	5,3	-
Ana Mohamed	202	130	-	3,9	4,4	5,0	-
Abelardo de Lamare	-	67	-	-	-	-	-
Soroptimista	141	57	-	-	-	-	-
Paroquial São Francisco de Assis	108	-	-	-	-	4,9	4,5
Rosalina Nicolay	164	-	71	4,8	-	5,4	-

Fontes: INEP/IDEB/Observatório do PNE.

Organizadores: os autores.

Analisando dados recentes obtidos da Secretaria Municipal de Educação de Petrópolis, as informações mais precisas são de que no ano de 2018, a partir da criação do Programa Integrado de Atendimento à Criança

(PIAC), a rede municipal passou, efetivamente, a ter 8 unidades de tempo integral e 2 unidades conveniadas, além de 2 centros de Educação Integral para o segundo segmento do Ensino Fundamental e 3 escolas com o PNME, totalizando 15 unidades.

Percebemos que, ao longo de 10 anos de implantação do Plano Municipal de Educação no município, as oscilações do número de alunos atendidos se deram conforme a adesão das UEs ao programa e aos investimentos próprios do município em Centros de Educação Integral e ETIs. O ápice da movimentação se deu em 2014, quando, efetivamente, teria ocorrido o atingimento da meta 6, mas logo depois, com a mudança no Governo Federal e a suspensão de repasses para o PME, o ano de 2015 funcionou apenas com as escolas que tinham algum saldo e, já em 2016, houve uma queda de mais de 50% das matrículas em tempo integral. Essa redução foi mais forte a partir do PNME que, como mudou o foco da ação – passando a ênfase ao reforço escolar com uma quantidade menor de carga horária –, descaracterizou o tempo integral, reduzindo mais ainda as matrículas nessa modalidade, no ano de 2018, com apenas 1297 alunos atendidos.

Considerações

Os estudos realizados confirmam a fragilidade do programa de ETIs no município de Petrópolis – que depende, quase que totalmente, dos investimentos federais para sua manutenção –, e que o atingimento da meta 6 fica cada vez mais comprometido, caso não haja estrutura orçamentária para a consolidação da mesma.

Uma outra constatação é que, mesmo as escolas tendo o Programa Mais Educação, os resultados obtidos no SAEB são insatisfatórios frente aos investimentos do programa, caracterizando que os alunos que estão em tempo integral não obtiveram um sucesso na aprendizagem superior aos das escolas regulares, não influenciando, portanto, nos resultados.

Entendemos que, para se obter resultados satisfatórios, especialmente nas escolas que oferecem o ensino em tempo integral, o

objetivo é superar a fragmentação disciplinar, dando valor a cada disciplina e atividade, principalmente no que tange à formação docente para atuar nessas disciplinas e atividades e na própria escola.

O currículo deve observar as experiências de aprendizagem sendo vividas em ambientes que propiciem tal aprendizagem, no seu tempo correto (físico e social) e num espaço que não tenha sido adaptado, mas pensado para tal oficina ou atividade. Oferecer novas oportunidades de aprendizagem contribuindo para a formação do pensamento de uma forma mais ampla e estruturada, principalmente buscando a diversidade cultural (línguas, literatura, teatro, dança, música, artes plásticas e visuais, atividades físicas e esportivas), as relações com as disciplinas regulares do currículo, como português, história, geografia, ciências e matemática, sempre tendo como eixo norteador a interdisciplinaridade.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Planalto**, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm>. Acesso em: 9 out. 2018.

_____. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. **Planalto**, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm>. Acesso em: 24 out. 2018.

_____. IBGE/2018. O Brasil em Síntese. **IBGE**, 2018a. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 9 out. 2018.

_____. INEP– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB – Resultados e Metas**. Brasília, DF, 2018b. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 6 out. 2018.

_____. INEP– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB – Localize a escola**. Brasília, DF, 2018c. Disponível em:

<<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/consulta-publica>>. Acesso em: 7 out. 2018.

..... Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Seção 1, Edição Extra, p. 1.

.....Lei nº 9.394, de 30 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Planalto**, Brasília, DF, 30 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 9 out. 2018.

..... Ministério da Educação. Programa Novo Mais Educação. **MEC**, Brasília, DF, 2018. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>>. Acesso em: 29 set. 2018.

..... Ministério da Educação. Saiba Mais – Programa Mais Educação. **MEC**, Brasília, DF. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao?id=16689>>. Acesso em: 29 set. 2018.

..... Ministério da Educação. Tabela de agregação de valores. **MEC**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao?id=16>>. Acesso em: 24 out. 2018.

CAVALIERE, A. M. Escolas de tempo integral *versus* alunos em tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 22, n. 80, p. 51–63, abr. 2009. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://congresso.conhecer.com/inicio/arquivo/Texto_-_Ana_Maria_Cavaliere.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

GONÇALVES, A. S. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. **Cadernos CENPEC**, v. 1, n. 2, p. 129–135, 2006. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/136/168>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MERITT; FUNDAÇÃO LEMANN. QEDU. Petrópolis: Ideb 2017 por escolas. Fundação Lemann, **QEDu**, 2018. Disponível

em: <<http://www.gedu.org.br/cidade/2788-petropolis/ideb/ideb-por-escolas>>. Acesso em: 6 out. 2018.

MONTEIRO, M. O que há de novo no “Programa Mais Educação”? In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8, 2017, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luiz: UFMA, 2017. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo13/oqueha-denovonoprogramanovomaiseduacao.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

BENEDITO, Luana. Novidade nas escolas de Petrópolis – Para o ano letivo de 2018, Cidade Imperial vai aumentar o número de unidades em tempo integral. **O Dia**, Rio de Janeiro, 15 nov. 2017. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/odiaestado/2017-11-16/novidade-nas-escolas-de-petropolis.html>. Acesso em: 29 set. 2018.

OBSERVATÓRIO DO PNE. Meta 6 – Educação integral. Todos Pela Educação, **Observatório do PNE**, 2015. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/6-educacao-integral/dossie-localidades>>. Acesso em: 15 set. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS. 800 alunos de 8 escolas iniciam 2018 com educação em tempo integral. **Prefeitura Municipal de Petrópolis**, Petrópolis, RJ, 22 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/8305-800-alunos-de-8-escolas-iniciam-2018-com-educacao-em-tempo-integral.html>>. Acesso em: 29 set. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS. Educação em horário integral já em 8 escolas. **Prefeitura Municipal de Petrópolis**, Petrópolis, RJ, 3 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/9049-educacao-em-horario-integral-ja-em-8-escolas.html>>. Acesso em: 29 set. 2018.